

SEQUÊNCIA 2

D. Dinis**Um rei amigo do ambiente**

A imagem do rei D. Dinis a mandar plantar o pinhal de Leiria para proteger o solo do avanço das areias, ao mesmo tempo que cantava “Ai flores, ai flores do verde pino” e já pensava no aproveitamento da madeira para a construção das caravelas das Descobertas, foi um mito ensinado como realidade nas escolas do Estado Novo [...]. Mas essa lenda tem um fundo de verdade: a importância do pinhal de Leiria na paisagem portuguesa e o fomento da reflorestação no início do século XIV.

Na verdade, a existência, na região de Leiria, de uma floresta dominada pelo pinheiro bravo, com cerca de 18 quilómetros de comprimento e sete de largura, ocupando uma área de 11 mil hectares a partir do litoral, perde-se na noite dos tempos. Tem milhares de anos, segundo o historiador Armando de Castro. Outros reconhecem a falta de testemunhos documentais sobre o papel de D. Dinis, mas sublinham que também nada o desmente. E no artigo relativo ao *Lavrador* no *Dicionário de História de Portugal*, Maria Emília Cordeiro Ferreira sustenta que foi ele quem mandou substituir os pinheiros mansos por pinheiros bravos naquele território.

Do que não parece haver dúvidas é que, no princípio do século XIV, o coberto vegetal de Portugal se encontrava degradado por ação de séculos de desflorestação. Para a destruição da floresta original contribuíram a atividade mineira no tempo da ocupação romana, o pastoreio e, sobretudo, o arroteamento de terras para a agricultura e o consumo contínuo de árvores. A madeira era a matéria-prima mais utilizada – e não havia outro combustível além da lenha.

As casas eram construídas em madeira, tal como os móveis, os utensílios domésticos e muitas alfaías agrícolas. A lenha era queimada para cozer pão, cozinhar os alimentos e aquecer as habitações. Armindo de Sousa chama a atenção para “a quantidade de lenha necessária para satisfazer as exigências diárias de 1 500 000 pessoas” (*História de Portugal*, de José Mattoso, vol. 2), tantas quanto se estima a população de Portugal no início do século XIV. Como exemplo do consumo desenfreado de madeira, sublinha que um único forno de pão do Barroso, para ser devidamente aquecido, exigia mais do que um carro de bois carregado de lenha.

Nestas condições, percebe-se o desaparecimento de pinhais vizinhos de povoações, como os do Montijo, e a destruição dos pinheiros mansos de Alcácer do Sal e de outras árvores em diferentes zonas do Alentejo, como Grândola, Mértola e o Cercal, e do Algarve, durante a ocupação muçulmana. Mais a noroeste, o litoral da Estremadura foi palco do desaparecimento de pinheiro manso e do carvalho. Foram os monges de Alcobaça quem primeiro fez frente à desertificação.

O pinheiro bravo tomou conta do noroeste de Portugal a partir do século XIV, ocupando a paisagem degradada – charnecas e matagais – e substituindo árvores de folha caduca, como o carvalho, em resultado uma política de reflorestação. A escolha do pinheiro bravo explica-se pelas qualidades como combustível, pela rapidez de crescimento em terrenos pobres e pela fácil associação com a urze e o tojo, base das camas do gado.

Quando D. Dinis fez doação de Leiria e arredores à sua mulher, D. Isabel, em 1300, o “Pinhal do Rei” foi incluído. É provável que a Rainha Santa tenha procurado aproveitar a zona do areal alargando a área com novas sementeiras.

A caminho do fim do século, em 1375, o bisneto de D. Dinis, D. Fernando, deu privilégios a quem trabalhasse nas armadas reais e no transporte de madeiras do pinhal de Leiria – prova de que nessa época o pinhal já fornecia matéria-prima para a construção naval.

Pioneiro

A preocupação de D. Dinis (1261-1325) com o povoamento do território e o desenvolvimento da agricultura valeu-lhe o cognome o *Lavrador*. Os forais que deu a muitas localidades estimularam a fixação das populações, beneficiando vastas áreas até então incultas, designadamente na Beira Alta e em Trás-os-Montes. Deve-se-lhe a fundação de Miranda do Douro, em 1286. No litoral oeste, mandou fazer “abertas” no paul de Ulmar, perto de Leiria, de modo a obter “terras para lavrar”. O primeiro rei de Portugal que foi mais governante do que guerreiro, casado com D. Isabel de Aragão, a Rainha Santa (1270-1336), “nacionalizou” as ordens religiosas e salvou os templários portugueses ao criar a Ordem de Cristo (1315). Desenvolveu a agricultura e promoveu o povoamento. Além de ter fundado a universidade, protegeu a cultura, tendo sido ele próprio poeta. Foi durante o seu reinado que os documentos oficiais passaram a ser escritos em português.

FERREIRA, João, 2010. *Histórias Rocambolescas da História de Portugal*.
Lisboa: A Esfera dos Livros (3.ª ed.)